



ARBITRAGEM NA SEARA TRABALHISTA E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigos escritos pelos discentes do programa de Mestrado da MUST University em Estudos Jurídicos com Ênfase em Direito Internacional sob a Coordenação do Prof. Gleibe Pretti

Organização

Prof. Dr. Gleibe Pretti

Profa. Me. Mônica Parreira Coimbra

2022

ISBN 978-65-00-46962-2

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresento o primeiro livro, com artigos escritos pelos discentes no programa de Mestrado em Direito, em estudos jurídicos, com ênfase em Direito Internacional da MUST University.

Nessa obra, focamos a arbitragem como meio de solução de conflitos, como sistema multiportas, a qual objetiva dar maior efetividade à Justiça, como uma forma de cooperação.

Quero parabenizar os nossos alunos e informar que os mesmos textos estão disponíveis no site jus.com.br e com isso levamos o conhecimento a maior quantidade de pessoas.

Da mesma maneira, encaminharemos o material para a Revista da Universidade.

Boa leitura.

Prof. Gleibe Pretti
professorgleibe@gmail.com

BREVE CURRÍCULO DOS ORGANIZADORES

Prof. Dr. Gleibe Pretti

Doutorado no Programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Marília (UNIMAR), área de concentração Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, com a tese: APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS, COMO UMA FORMA DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA (Concluído em 09/06/2022). Mestre em Direito Geoambiental na Univeritas (UNG). Pós-graduações em Direito Constitucional e Direito e Processo do Trabalho na UNIFIA-UNISEPE (2015). Bacharel em Direito na Universidade São Francisco (2002) e Licenciatura em Sociologia na Faculdade Paulista São José (2016). Esta cursando História e pedagogia na UniJales. Exerce a função de Coordenador de relacionamento do Mestrado em estudos jurídicos, com ênfase em direito internacional da Must University e Coordenador do curso de Direito da FAUSP-Faculdades Unidas de São Paulo. Atualmente é Professor Universitário na Graduação nas seguintes faculdades: Estácio, Campos Salles (FICS) e Faculdades Unidas de São Paulo (FAUSP). Avaliador do MEC (Ministério da Educação). Professor da Jus Expert, em perícia grafotécnica. Secretário de comunicação da comissão da OAB- Pinheiros. Atua como Advogado, Árbitro na Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada de São Paulo S.S. Ltda- Cames/SP e também na Secretaria Nacional dos Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SNDAPI), da Secretaria Especial de Cultura

(Secult), desde 2015. Especialista nas áreas de Direito e Processo do Trabalho, assim como em Arbitragem. Focado em novidades da área como: LGPD nas empresas, Empreendedorismo em face do desemprego, Direito do Trabalho Pós Pandemia, Marketing Jurídico, Direito do Trabalho e métodos de solução de conflito (Arbitragem), Meio ambiente do Trabalho e Sustentabilidade, Mindset 4.0 nas relações trabalhistas, Compliance Trabalhista, Direito do Trabalho numa sociedade líquida, dentre outros). Autor de mais de 90 livros na área trabalhista, dentre outros com mais de 280 artigos jurídicos (período de 2020 a 2022), em revistas e sites jurídicos, realizados individualmente ou em conjunto. Tel: 11 982073053 Email: professorgleibe@gmail.com
Redes sociais: [@professorgleibepretti](#)

Profa. Me. Mônica Parreira Coimbra

Doutoranda qualificada no Projeto de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (1998), graduação em Administração com habilitação em comércio exterior pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Atualmente é professora mensalista da Faculdade Anhanguera-SP e Coordenadora do Curso de Direito da mesma IES. Advogada autônoma com ênfase Direito Civil, Empresarial e Bancário.

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA EM RELAÇÕES ALIENÍGENAS

Dayane Lange Magalhães

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar um estudo sobre as relações trabalhistas no Brasil e nos países estrangeiros, abordando dois princípios trabalhistas, sendo o princípio da primazia da realidade dos fatos e o princípio da proteção, em que ambos possuem grande relevância por muitos estudiosos e juristas trabalhistas, assim como a teoria do conglobamento e as leis nas quais regulamentam o direito trabalhista aplicado em relações alienígenas envolvendo trabalhadores brasileiros. A realização do presente trabalho foi pautada em códigos legislativos, artigos online, orientações jurisprudenciais dos tribunais superiores do trabalho, assim como doutrinas trabalhistas, visando apresentar as empresas e também aos trabalhadores, a previsão legislativa de como serão solucionadas as divergências em caso de prestação de serviço por empregados brasileiros em território estrangeiro ou contratação de prestação de serviço em território brasileiro, mas por empresa estrangeira, analisando sobre ao que está disposto na lei nº 7.064/82, assim como abordando o home office e o Anywhere Office, e a proposta legislativa nº